

A NOÇÃO DE AÇÃO FORÇADA EM *ETHICA NICOMACHEA* III1-3

*Dionatan Acosta Tissot**

Resumo: *Ethica Nicomachea* III1 busca estabelecer critérios para a ação voluntária e a ação involuntária, além de considerar certos casos difíceis e mais específicos (como no caso das ações mistas e ações não-voluntárias). Aristóteles começa sua análise pelas ações involuntárias, para as quais estabelece duas exigências: a ação involuntária é ou por força ou por ignorância. Em III1, Aristóteles põe-se a analisar a primeira exigência, para a qual estabelece, como ponto de partida, duas cláusulas: a ação forçada é aquela cujo princípio é exterior ao agente, para o que o agente (ou paciente) em nada contribui. A caracterização das ações forçadas é problemática e dá origem a várias questões: em que medida a segunda cláusula (a da não contribuição) é necessária? O que entende Aristóteles por “princípio” (*archê*) nesse contexto? A não contribuição do agente diz respeito à ação como um todo ou ao princípio da ação? O presente trabalho visa analisar tais questões a partir de uma leitura atenta dos capítulos concernentes e do diálogo com as teses de comentadores, buscando defender que: Por princípio da ação Aristóteles entende uma relação de causalidade motora, sua exterioridade fazendo que a ação seja involuntária. O agente deve ser entendido como não contribuindo para o princípio da ação como para ação em si, sem prejuízo para o texto aristotélico.

Palavras-chave: causa motora, princípio, involuntário, desejo.

O livro III, capítulos 1 a 3 da *Ethica Nicomachea*¹, discute as noções de voluntário (ἑκούσιον) e involuntário (ἀκούσιον). Em *EN* III 1, após justificar a investigação de tal tema (11109b30-35), Aristóteles enuncia as condições para que algo seja considerado involuntário (ἀκούσιον), a saber: “parece ser involuntário aquilo que acontece por força ou por ignorância” (1109b35-

* Graduando do curso de Bacharelado em Filosofia, UFPel. Bolsista de iniciação científica do CNPq sob orientação de Dr. João Hobuss. E-mail: dionatan.a.t@gmail.com

¹ Doravante referida como *EN*

1110^a1)². Da negação de cada uma das cláusulas dessa definição, depreender-se-á a definição do que seja o voluntário: “Sendo o involutário por força e por ignorância, o voluntário parece ser aquilo cujo princípio reside no agente que conhece as circunstâncias particulares nas quais ocorre a ação” (1111^a22-24)³. Quanto à abertura da discussão, onde Aristóteles diz que os voluntários (□κούσιον) são censurados (□παίνον) e louvados (ψόγον), enquanto os involutários (□κούσιον) são objeto de perdão (συγγνώμη) e mesmo de piedade (□λεος) (1109^a30-33), assumirei o que propõe Siegler ⁴, por acreditar ser filosoficamente mais interessante: o que interessa aqui ao filósofo é a conexão lógica que há entre a voluntariedade e louvor e censura e a que há entre a involuntariedade e perdão ou piedade – ou seja, não a *factual* atribuição de tais coisas a alguém, mas antes uma investigação da *conexão lógica* que há entre o voluntariedade/involuntariedade e o merecimento de tais concessões. ⁵

Após os esclarecimentos iniciais, Aristóteles passa a considerar o estatuto do que ocorre por força (βία), lançando seus critérios e ilustrando com dois exemplos:

Forçado é aquilo cujo princípio é externo, para o qual o agente ou paciente em nada contribui; por exemplo, se o vento ou os homens, que dominam a situação, levarem-no (κομίσαι) para algum lugar. (1110^a1-3)⁶

Desta definição surgem muitas questões importantes:

² δοκε□ δ□ □κούσια ε□ναι τ□ βί□ □ δι' □γνοιαν γινόμενα. Neste trabalho, as citações da *EN* que dizem respeito ao livro III tomam por base a tradução de Marco Zingano (ZINGANO, M. *Aristóteles. Ethica Nicomachea I13-III8. Tratado da Virtude Moral*. São Paulo: Odysseus, 2008), embora sejam, em sua maioria, não simplesmente transladadas, mas antes adaptadas com os arranjos que cremos necessários. Para o texto grego, utilizarei a edição de I. Bywater.

³ □ντος δ' □κούσιον το□ βία κα□ δι' □γνοιαν, τ□ □κούσιον δόξειεν □ν ε□ναι ο□ □ □ρχ□ □ν α□τ□ ε□διότι τ□ καθ' □καστα □ν ο□ς □ πρ□ξίς. ο

⁴ SIEGLER, F. Voluntary and Involuntary. In *The Monist*, vol 52, n2, 1968, pp. 268-287

⁵ SIEGLER, F. *Op. cit.* pp. 269-270. Cf. MEYER, S. O voluntário Segundo Aristóteles. In KRAUT, R. *Aristóteles. A Ética a Nicômaco*. Porto Alegre: Artmed, 2009. pp. 132-133

⁶ Βίαιον δ□ ο□ □ □ρχ□ □ζωθεν, τοιαύτη ο□σα □ν □ μηδ□ν συμβάλλεται □ πράπτων □ πάσχων, ο□ον ε□ πνε□μα κομίσαι ποι □ □νθρωποι κύριοι □ντες.

- (a) de que forma Aristóteles entende aqui a noção de força ($\beta\iota\Box$)?
- (b) Em que sentido ele usa aqui o termo princípio ($\Box\epsilon\chi\eta$)?
- (c) O segundo momento da definição, a cláusula da não contribuição do agente, em que medida é necessário para a definição – afinal, a origem externa não é condição suficiente para que algo seja forçado ($\beta\iota\lambda\iota\omicron\nu$)?
- (d) Ainda sobre a exigência da não-contribuição: para o que o agente não contribui, para a ação como um todo ou especificamente para o princípio ($\Box\epsilon\chi\eta$) da ação?

Minha intenção, aqui, é ensaiar respostas a essas questões: responderemos automaticamente a questão (a) ao deslindarmos as que lhe seguem. Aristóteles, seguramente, considera a ação um tipo de movimento⁷, e força ($\beta\iota\Box$) e compulsão ($\Box\nu\acute{\alpha}\gamma\chi\eta$) são termos empregados, muitas vezes, uma dada força interferente no comportamento de objetos inanimados ou mesmo animados.⁸ Cabe, então, perguntar se há, ainda na *EN*, uma analogia entre o movimento forçado de outros seres, animados e inanimados, e a ação humana dita forçada. Podemos então, fazer as seguintes distinções, com base em Stewart:⁹

(i) Um objeto inanimado x segue seu movimento natural até que algo interfira nesse movimento, constituindo esse interferente num princípio do movimento ($\Box\epsilon\chi\Box\tau\Box\varsigma\kappa\iota\nu\eta\sigma\epsilon\omega\varsigma$) externo que força tal objeto a movimentar-se de outra forma ou cessar seu movimento.¹⁰ É fácil notar o que seja tal princípio externo: a pedra permanecerá imóvel, por exemplo, até que

⁷ Cf. *Ethica Eudemia II 6* (doravante referida como *EE*), *De Motu Animalium* 6-7.

⁸ STEWART, J. *Notes on the Nicomachean Ethics*. Oxford: Clarendon Press, 1892. p.229, cf. *Ethica Eudemia II 8*.

⁹ STEWART, J. *Op. Cit.* pp. 229-230

¹⁰ Cf. *De Motu Animalium* 6

alguém ou algo lhe force o movimento, agarrando-a, empurrando-a, atirando-a etc.

(ii) No caso de animais irracionais, parece também fácil determinar o que seja tal princípio extrínseco: um animal move-se a partir de seu desejo (□ρεξις) e o que é contrário a esse desejo é efetivamente forçado (βιαιον): se, por exemplo, o desejo de um animal é deslocar-se a um poço a fim de beber água e alguém lhe impede e o conduz para outro lugar, tal coisa é dita forçada.

(iii) No caso de seres humanos, a especificação é mais complicada: eles possuem dois princípios igualmente internos – razão (λόγος) e desejo (□ρεξις) (desejo este que, nos animais reduz-se a impulso (θυμός) e apetite (□πιθυμία), enquanto nos seres humanos existe uma terceira instância, a do querer (βούλησις), que é um desejo racional, um desejo informado pela razão).

Há uma certa tendência entre alguns comentadores em interpretar a ação voluntária como aquela que ocorre em conformidade com o desejo do agente, enquanto a ação involuntária, particularmente a ação forçada, é o que ocorre contrariamente a tal impulso interno.¹¹ Susan Meyer, por exemplo, sustenta que, ao discutir as noções voluntariedade e involuntariedade, Aristóteles estraria tentando tratar filosoficamente dessas conceitos tentando conservar o que comportam as noções comuns sobre tais assuntos, dando especial ênfase à noção de ímpeto (hormê) – a conformidade com o ímpeto é essencial para voluntariedade, bem como a contrariedade ao ímpeto leva à involuntariedade. Aristóteles estaria “inevitavelmente revisando a noção ordinária de voluntariedade”.¹² Nesse diapasão,

¹¹ MEYER, S. *Op.cit.*; Cf. KENNY, A. *Aristotle's theory of the Will*. London: Duckworth, 1979.

¹² MEYER, S. *Op. cit.* p. 136

Aristóteles ainda toma isso como algo tão óbvio que sequer carece de menção que ações forçadas sejam contrárias ao impulso (...) ele menciona de passagem que ações forçadas evidentemente devem ser dolorosas (1110b12) (...) [e] a dor é essencial à involuntariedade porque ela é sinal de contrariedade ao impulso.¹³

Essa leitura, porém, não contempla a noção de força defendida na EN. Diferentemente de Meyer, não defendo uma interpretação rijamente psicológica do tema da voluntariedade da EN, mas antes concordamos com Carlo Natali, que sugere que a análise é antes externa, factual, competindo à EE uma análise mais psicológica e interna do agir moral.¹⁴ Na discussão nicomaquéia, se tomarmos como requisito para a ação forçada a contrariedade ao ímpeto ($\square\sigma\mu\eta$), não estaríamos sendo fiéis ao texto aristotélico. Em primeiro lugar, o ímpeto ($\square\sigma\mu\eta$) é tido por Aristóteles como englobando dois dos três desejos ($\square\rho\epsilon\chi\epsilon\iota\varsigma$) presente no homem (a saber, $\theta\upsilon\mu\acute{o}\varsigma$ e $\square\pi\iota\theta\upsilon\mu\acute{\iota}\alpha$), o que implicaria que toda ação contrária ao ímpeto ($\square\sigma\mu\eta$) do agente seria forçada o que parece ser, para Aristóteles mesmo um absurdo: o enkrático, por exemplo, agirá sempre em contrariedade com algum ímpeto ($\square\sigma\mu\eta$) e, mesmo assim, agirá voluntariamente. A própria Meyer reconhece isso, mas insiste indizer que a contrariedade ao impulso é condição integrante da involuntariedade, defendendo que a dor é necessária à involuntariedade e é um sinal de contrariedade ao ímpeto ($\square\sigma\mu\eta$). Meyer, porém, dramatiza o ponto: nem a dor é necessária à voluntariedade, nem tampouco a ação forçada é necessariamente contrária ao ímpeto ($\square\sigma\mu\eta$). Mesmo que ampliássemos a noção usada por Meyer e substituirmos ímpeto ($\square\sigma\mu\eta$) pelo noção mais geral de desejo ($\square\rho\epsilon\chi\epsilon\iota\varsigma$), não estaríamos em conformidade com Aristóteles. Para ilustrar minha posição, tomo dois exemplos:

¹³ MEYER, S. *Op. cit.* p. 142. Grifo meu.

¹⁴ NATALI, C. Por que Aristóteles escreveu o livro III da EN. In *Analytica*, v.8 n2, 2004. pp. 47-75.

(i) Temos aqui um exemplo representando a ação de algo inanimado e outro a ação de um agente humano. Ora, se tomarmos por “princípio” da ação o mero desejo, Pedro decide, ao planejar suas férias, viajar para Paris tomando o avião das quinze horas em uma terça-feira determinada. Sem saber, porém, ele é sedado por sequestradores um dia antes de sua viagem. Tais homens, contudo, o embarcam no mesmo avião que ele tomaria e no mesmo horário. É claro que o evento se desenvolve conforme o desejo de Pedro, mas de forma alguma podemos dizer que a ação não é forçada – afinal, “os homens o carregaram para algum lugar” sem seguir suas ordens -, porém, se considerarmos que a discordância com o desejo é necessária para gerar a cláusula do princípio extrínseco, então o evento descrito pelo nosso exemplo não pode ser dito forçado, uma vez que viajar para Paris em tal horário está em perfeita conformidade com o desejo intrínseco de Pedro (não só seu querer, mas, se Pedro é virtuoso, também em conformidade com seu ímpeto (ἰσχυρῆ)).

(ii) João é um médico chamado para curar um enfermo de uma moléstia grave. Todos os esforços de João são para salvar o doente e, dado que João é um virtuoso, não há contrariedade a nenhum de seus desejos nesse empenho. Entretanto, sem que João saiba, sua esposa confundiu-se e alcançou-lhe o remédio errado para que ministrasse ao paciente e ele de fato o faz. Porém, o enfermo recupera a saúde com aquele remédio. Posteriormente, João descobre que o remédio que queria ministrar era, na verdade, outro. Ele, entretanto, não tem o menor motivo para se afligir (ou seja, sentir dor) pela ação cometida, mas isso não quer dizer que ela não foi uma ação involuntária: afinal, para Aristóteles, as ações são involuntárias se cometidas por força ou ignorância dos particulares e, dado que nesse caso o ocorrido contempla a segunda exigência, ele decididamente é involuntário.¹⁵

¹⁵ Cf. ZINGANO, M. *Aristóteles. Ethica Nicomachea I13-III8. Tratado da Virtude Moral*. São Paulo: Odysseus, 2008. pp. 152-153

Assim sendo, penso que a contrariedade ao desejo (□ρεξις) ou ao ímpeto (□ρμη) é um forte sinal de que a ação seja forçada ou involuntária, mas não coincide com tais coisas. Atentemos para o que diz Aristóteles quando fala das ações ditas por coação: “age voluntariamente pois o princípio de movimentar os membros em tais ações reside nele”¹⁶ (1110^a15-17). Ora, Aristóteles está ligando a noção de voluntariedade ao princípio (□ρχή) de movimentar os membros (não cabe perguntar se ele move os membros em contrariedade com seu ímpeto, mas sim se está nele o princípio de tal ação). Assim, podemos notar que Aristóteles utiliza aqui a mesma noção de princípio presente na seguinte passagem da *Metafísica*:

Noutro sentido, princípio significa aquilo por cuja escolha¹⁷ se movem as coisas que se movem e mudam as coisas que mudam, como são por exemplo as magistraturas da cidade, as oligarquias, as monarquias e as tiranias, e do mesmo modo as artes, entre estas, sobretudo as arquitetônicas. (1013^a10-14)¹⁸

A qual coaduna com a definição oficial de causa motora:

Ademais, causa significa o princípio da mudança e do repouso; por exemplo, quem tomou uma decisão é causa, o pai é causa do filho, e em geral, quem faz é causa do que é feito e o que é capaz de produzir mudança é causa do que sofre mudança. (1013^a29-32)¹⁹

¹⁶ πράτει δ□ □κών· κα□ γ□ρ □ □ρχ□ το□ κινε□ν τ□ □ργανικ□ μέρη □ν τα□ς τοιαύταις πράξεσιν □ν α□τ□ □στίν.

¹⁷ “escolha” aqui não deve ser entendida no sentido técnico que lhe é dado em *EN* III A tradução de Reale (vontade) é problemática.

¹⁸ δ□ ο□ κατ□ προαίρεσιν κινε□ται τ□ κινούμενα κα□ μεταβάλλει τ□ μεταβάλλοντα, □σπερ α□ τε κ ατ□ πόλεις □ρχα□ κα□ α□ δυναστε□αι κα□ α□ τέχναι, κα□ τούτων α□ □ρχιτεκτονικα□ μάλιστα. As citações da *Metafísica* são adaptadas de REALE, G. *Aristóteles. Metafísica*. Vol. 2. Trad. M. Perine. São Paulo: Loyola, 2002.

¹⁹ □τι □θεν □ □ρχ□ τ□ς μεταβολ□ς □ πρώτ□ τ□ς □ρεμήσεως, ο□ον □ βουλεύσας α□πιος, κα□ □πατ□ρ το□ τέκνου κα□ □ως τ□ ποιο□ν το□ ποιούμενου κα□ τ□ μεταβλητικ□ν το□ μεταβάλλοντ □ς.

Nesse sentido, podemos ver que o princípio reside no agente quando ele é a causa motora última da ação e é nesse sentido que Aristóteles quando fala do princípio exterior ao agente como cláusula do forçado. Assim temos respondida a primeira das questões que colocamos no início do trabalho. Mas, a definição de força não é esgotada aqui, pois Aristóteles apresenta uma segunda cláusula de significado ambíguo, ponto este que nos leva à segunda e terceira questões colocadas acima que não podem ser respondidas dissociadamente e, para a elucidação das quais, precisaremos lançar mão de uma breve discussão dos atos considerados mistos (μικτὰ) para, a partir de uma diferenciação, estabelecer corretamente a resposta a tais questões.

Após o anúncio do que seja o forçado, Aristóteles se pergunta se são voluntárias ou involuntárias as ações cometidas por medo de males maiores ou com vistas a algo belo, aduzindo então dois exemplos, um representado por uma força natural e o outro por uma ação humana:

Por exemplo, se um tirano ordenasse a alguém fazer algo ignóbil retendo em seu poder pais e filhos que seriam salvos se o fizesse, mas morreriam se não o fizesse. Algo semelhante ocorre também a propósito do lançamento ao mar da carga de um navio durante uma tempestade: ninguém lança, sem mais, a carga a mar voluntariamente, mas, para a salvação de si mesmo e dos restantes, todas as pessoas sensatas agem assim. (1110^a5-11)²⁰

Segundo Aristóteles, tais casos são, tomados sem qualificação, involuntários, mas dadas as circunstâncias excepcionais, qualquer pessoa sensata agiria dessa maneira. Essas ações são, em última análise, voluntárias, pois são escolhidas no momento em que são praticadas (1110^a12-13). Nesse

²⁰ον εἰς τύραννος προστάττοι αἰσχροῦ τι πράξαι κύριος ἐν γονέων καὶ τέκνων, καὶ πράξαντος μὴ σφίζοντο μὴ πράξαντος δ' ἄποθνήσκουσιν, μφισβήτησιν ἄχει πότερον κοῦσιά σπιν ἢ κοῦσια. τοιοῦτον δὲ τι συμβαίνει καὶ περὶ τῶν ἐν τοῖς χειμῶσιν ἐκβολάς: πᾶς μὲν γὰρ οὐδεὶς ποβάλλεται κών, πρὸ σωτηρίῃ δ' αὖτο καὶ τὸν λοιπὸν πάντες οὐ νοῦν ἔχοντες.

sentido, embora a cadeia causal que desemboca na ação do indivíduo coagido pelas circunstâncias tem uma origem externa, ainda há espaço, embora bastante limitado, de opção por um curso de ação: ele pode seguir ou não as ordens do tirano ou a coerção imposta pelo vento. Dessa forma, ainda que possamos dizer que o tirano ou o vento sejam, também, causas motoras do que ocorre (e, talvez, que o tirano possa ser considerado moralmente responsável pelo mal que ocorre, seja ele qual for) o princípio da ação individual reside ainda no indivíduo coagido: de sua ação (ou abstenção) resultará necessariamente um mal (e dado que ele não é responsável que ocorra um mal, nesse âmbito tal ocorrência é dita involuntária, pois, havendo uma causa motora anterior que necessita a ação, é forçada), mas a decisão ($\alpha\lambda\lambda\omicron\gamma\epsilon\iota\varsigma$) de iniciar ou não uma cadeia causal que desemboque em um determinado mal (optar entre dois males) cabe a ele, que pode ou não mover seu corpo de modo a efetivar a ação.

Mantenhamos isso em nossas mentes e consideremos agora as possibilidades de interpretação da segunda cláusula do forçado. O texto grego é ambíguo. Não é possível, gramaticalmente, identificar ao que diz respeito a cláusula da não contribuição, podendo ser ela interpretada de duas formas:

(i) A não contribuição diz respeito ao princípio da ação: se um homem aponta uma arma para a cabeça de Pedro e lhe ordena deslocar-se para um dado lugar, Pedro com certeza estará contribuindo para a ação, mas não para o princípio da ação (que, nesse caso, é o sequestrador)

(ii) A não contribuição diz respeito à ação como um todo: se João está velejando e uma lufada de vento o leva para uma ilha para a qual não pretendia ir, João sequer contribuiu para a ação, apenas sofreu tal acontecimento e sua participação resume-se ao estar presente nessa situação.

Se tomarmos (i) como interpretação válida, acontece que não encontraremos diferença relevante entre os atos ditos forçados e os atos mistos, na medida que Pedro está diante de uma escolha entre dois males – ou aceita a ordem do bandido ou recebe um tiro. Se, por outro lado, tomarmos (ii) como tese, resulta que tal evento não pode ser considerado sequer uma ação.²¹ Entretanto, se atentarmos para o texto grego referente à definição, veremos que, em detrimento de pelo menos maioria das traduções modernas²², em momento algum a palavra “força” se encontra ligada à palavra “ação”. Soma-se a isso os exemplos aduzidos por Aristóteles: o verbo traduzido aqui por levar, no caso dos homens ou do vento dominantes na situação que levam o indivíduo para algum lugar, é *κομίζω*. Tal termo, em grego, pode ser bem entendido como “carregar” no sentido de carregar um objeto qualquer que se deixa passivamente ser carregado²³ e esse parece ser o sentido que Aristóteles emprega o termo aqui. Reforça tal interpretação a alusão à palavra “paciente” (*πάσχων*) quando se refere ao indivíduo imbricado nessa situação onde – afinal, o agente não está agindo de forma alguma quando levado pelo vento, mas antes sofrendo um evento onde sua participação reduz-se à mera presença em tal cadeia causal. Sendo assim, ele não opta em instante algum, e sua participação não pode alterar o que acontece (o que ocorre, em momento algum depende dele, acontecendo ou não em conformidade com seu desejo)

²¹ Esta é a tese de ASPASIUS. In *Ethica Nicomachea quae supersunt commentaria*. Ed. Heylbut. Berlim: Reimer, 1889. (58,1-60,11) , criticada por Zingano: “o agente em nada contribui ao princípio da ação; por outro ado, ele contribui de algum mado para o ato, pois está envolvido na ação (se não estivesse, não haveria o próprio ato, portanto tampouco o ato voluntário)”. ZINGANO, M. *Op. cit.* p. 143.

²² Assim fazem algumas das traduções mais relevantes: Natali, Zingano, Taylor, Crisp, Rowe, Rackham, Ross, Tricot e mesmo aquela de Moerbeke, para o Latim.

²³ Nesse sentido, conferir o vocábulo em LIDELL, H.; SCOTT, R. *A Greek-English Lexicon*. 9º ed. Oxford: Clarendon Press, 1996.

Assim, podemos concluir que, em resposta a cada uma das questões colocadas no início do presente trabalho:

(a) O que é forçado (*βιαιον*) aquilo no qual o princípio (*□ρχή*) da ação, isto é, sua causa motora, é extrínseca ao sujeito, não contribuindo este em nada para a efetivação do evento; pois

(b) Princípio (*□ρχή*), como base nas evidências textuais de 1110^a15-17, é entendido como causa motora;

(c) A segunda cláusula (a não contribuição do agente, ou antes paciente) diz respeito à ação como um todo e não ao princípio da ação e

(d) A segunda cláusula é necessária na medida que, se o agente contribuir de alguma forma para a ação, ele será, de certo modo, causa motora e, por isso, princípio da ação e isso é característica da ação voluntária.

Referências bibliográficas:

ARISTÓTELES. *Ethica Nicomachea* (ed. Bywater). Oxford: Oxford University Press, 1894.

_____. *Ethica Nicomachea*. Trad. C. Natali. Roma: Laterza, 1999.

_____. *Nicomachean Ethics*. Trad. C. Rowe. Oxford: Oxford University Press, 2002.

_____. *Éthique à Nicomaque*. Trad. J. Tricot. Paris: Vrin, 2007.

_____. *Nicomachean Ethics*. Trad. T. Irwin. 2^oed. Indianapolis/ Cambridge: Hackett, 1999.

ASPASIUS. *On Aristotle's Nicomachean Ethics 1-4, 7-8*. Trad. D. Konstan. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

_____. *In Ethica Nicomachea quae supersunt commentaria*. (ed. Heylbut). Berlin: Heimer, 1889.

- BARNES, J. (Ed.). *The complete works of Aristotle. The Revised Oxford Translation*. 2 vols. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- KRAUT, R. *Aristóteles. A Ética a Nicômaco*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- KENNY, A. *Aristotle's Theory of the Will*. London: Duckworth, 1979.
- LIDELL, H.; SCOTT, R. *A Greek-English Lexicon*. 9º ed. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- MEYER, S. "O voluntário Segundo Aristóteles". In: KRAUT, R. *Aristóteles. A Ética a Nicômaco*. Porto Alegre: Artmed, 2009. pp. 132-150
- NATALI, C. "Por que Aristóteles escreveu o livro III da EN?" In: *Analytica* v.8, n.2, 2004. pp. 47-75.
- REALE, G. *Aristóteles. Metafísica*. Vol 2. Trad. M. Perine. São Paulo: Loyola, 2002.
- SIEGLER, F. "Voluntary and Involuntary". In: *The Monist* v.52, n.2, 1968. pp.268-287.
- STEWART, J. *Notes on the Nicomachean Ethics of Aristotle*. Vol.1. Oxford: Clarendon Press, 1892.
- St. THOMAS AQUINAS. *Commentary on Aristotle's Nicomachean Ethics*. Trad. C. Litzinger. Notre Dame: Dumb Ox, 1993.
- TAYLOR, C. *Aristotle. Nicomachean Ethics Books II-IV*. Oxford: Clarendon Press, 2006.